

da *Casa do Servidor Público Brasileiro*, como é de justiça, pelo seu valor e expressão numérica. a) — Eurico G. Dutra”.

À noite, no Botafogo F. e Regatas teve lugar um belo espetáculo com a Orquestra Sinfônica Brasileira, sob a regência do maestro Eleazar de Carvalho apresentação do Conjunto Coreográfico

das Operárias de Jesus, e, finalmente uma exibição de fogos de artifício, festa promovida pela Associação dos Servidores do Ministério da Educação e Saúde, com a presença do Senhor Presidente da República, Ministros de Estado e demais autoridades.

## **Algumas considerações sôbre colonização e o caso específico da colonização no Brasil**

*Comendador Lincoln Nodari*

(Condensado de uma Conferência publicada na “Rev. Imigração e Colonização” — ano I, 3 de julho de 1940).

Ao estabelecer-se uma zona de colonização, não basta entregar o lote à família dos colonos que o pretende beneficiar. E’ necessário conceder-se também aos trabalhadores agrícolas garantias e vantagens econômicas e morais baseadas na casa igreja, escola, médico, farmácia, animais e instrumentos de trabalho, água, estradas de comunicação e intermediárias, alimentação da família por um período X de tempo até que os produtos da terra satisfaçam às necessidades da vida; cinema público para que o colono tenha possibilidade de manter-se espiritualmente em contacto com o resto do mundo.

Para que a colonização possa prosperar sem se apoiar em largas bases econômicas, torna-se indispensável, especialmente, dar ao colono assistência técnica e indicar-lhe as culturas que deve executar.

E’ essencial explorar culturas de alto rendimento, para não sòmente restituir ao Estado, ou à entidade colonizadora, o que gastou com o preparo da colonização, mas sobretudo assegurar renda efetiva ao colono a fim de que êste possa resgatar a terra beneficiada e ter assim, também, além do meios de vida cômoda, um incentivo constante ao trabalho coordenado. A colonização exige, especialmente, não mecanismos burocráticos, organizações ágeis, com capitais ingentes, e, particularmente, com espírito de iniciativa e sacrifício por parte de seus dirigentes. E’ certo que já se têm visto, no Brasil, tentativas de colonização, mas apenas em âmbito limitado e sem os elementos indispensáveis ao próprio desenvol-

vimento e a esperança de transformá-las em empreendimento de importância nacional.

Confundem-se, as atividades de mão de obra agrícola assalariada com a colonização. Os meritos e defeitos da primeira não podem ser tomadas como base para a segunda, por variarem profundamente os fatores determinantes, as situações e as possibilidades de enquadramento entre uma e outra.

A mão de obra agrícola assalariada nunca poderá destinar-se às lavouras de produtos pobres, mas de maior importância para a economia nacional, como, por exemplo, a do trigo.

A mão de obra assalariada, deixa o trabalhador sem estímulo, sem aspirações; enquanto a colonização, ao mesmo passo que enseja maior produção e a baixo custo, cria o vínculo entre o homem e a terra. A entidade colonizadora deve ter agilidade de ação, inteira liberdade de movimentos, capacidade adequada para transformar-se progressivamente na sua composição e particularmente, deve ser orientada segundo critérios econômicos aptos para alcançar fins políticos, por capacidades dotadas em alto grau de tôdas as condições técnicas e financeiras, que sejam, em suma, verdadeiros construtores.

Só uma entidade de ação completamente autônoma pode enfrentar os problemas complexos, que são ao mesmo tempo o pressuposto e o fim de obras de tão vastas proporções. Problemas que não se limitam apenas a construir nas zonas dadas em concessão, o aparelhamento geral que precede o fato colonizador (estradas, casas, poços etc.);

que não se esgotam no que poderíamos chamar segundo período de ação (isto é, loteamento da terra entre as várias famílias de colonos, prescrição das culturas obrigatórias e indicação das culturas obrigatórias e indicação das facultativas, assistência técnica e moral aos colonos, mas que se completam e se concluem num terceiro e mais difícil momento: o da absorção dos produtos, sua industrialização e colocação nos mercados nacional e mundial. Esse terceiro momento estabelece as bases essenciais para sustentar a colonização e nunca fatores de exploração do agricultor, visto que o aspeto agrícola deve ter preeminência absoluta sobre os aspetos industrial e comercial, por ser o principal fator de riqueza de uma nação e por favorecer a solução do problema demográfico, enquanto os outros representam elementos auxiliares indispensáveis à emancipação econômica da colonização.

Há exemplos de colonizações que criam novos ciclos de vida e poderosas fontes de riquezas públicas. Na Líbia, a valorização de grandes extensões de terras foi realizada pelo "Ente per la colonizzazione della Libia" e pelo "Istituto Nazionale per la previdenza sociale" por meio de pequenas concessões a famílias agrícolas do Reino

Mas, o exemplo da obra realizada na América do Norte pelas grandes companhias, organizadas para a valorização integral de extensas regiões

abandonadas, merece especial atenção, pois a experiência de tais companhias é decisiva na história colonial do mundo.

Em *matéria orgânica* não se faz colonização; far-se-ia, quando muito, uma colonização nômade, queimando matas, ou uma colonização anêmica, em estado permanente de miséria, provocando a esterilização da terra.

Considerando que o agricultor não pode ser, a um tempo, comerciante e industrial, é indispensável que exista uma entidade de colonização, mesmo paraestatal, que coordene as culturas a serem executadas e se incumba de absorvê-las, industrializá-las e comercializá-las. De outra forma, a colonização não terá bases econômicas. Assim procedendo, no espaço de poucos anos, colocar-se-á o colono em condições de resgatar a terra e de reembolsar, com o fruto de seu trabalho, os adiantamentos recebidos, de maneira a torná-lo livre proprietário do lote beneficiado, tendo possibilidade de educar os filhos fortes e sãos para a defesa dos direitos e dos interesses da Pátria, e contribuindo eficazmente para a solução do problema demográfico nacional.

E' preciso ainda que as colonizações não estejam distantes dos grandes centros, e que entre elas e esses sejam facilitadas as comunicações, de maneira que não existam dificuldades nos transportes dos produtos ao mercado do consumo.

## **A instalação da Associação Fluminense de Municípios**

*Cursos inaugurados*

**R**EAUZOU-SE, no dia 4 de outubro do corrente, em Niterói, às 20 horas, a solenidade da instalação e posse dos corpos dirigentes da Associação Fluminense de Municípios, com a presença da maioria dos chefes de executivos municipais que participaram dos trabalhos da II Reunião Semestral de Prefeitos Fluminenses, de deputados estaduais, jornalistas e associados.

A sessão foi aberta pelo deputado Vasconcelos Torres, que, em eloqüentes palavras sobre a finalidade desse organismo de cooperação interamericana, declarou empossados os seguintes diretores: do Conselho diretor: presidente, deputado Vasconcelos Torres; membros: deputados Lara Vilela, Domingos Guimarães, Fausto Faria, Inácio Bezerra

de Menezes; senhores tenente José Couto do Nascimento, Werber Nascimento, Luís A. dos Santos Viana, Antônio de Aguiar Lopes e Byron Torres de Freitas.

Em seguida, o presidente da Comissão Executiva e fundador da nova entidade, Dr. Byron Torres de Freitas, expôs os objetivos da Associação Fluminense de Municípios, filiada à Associação Brasileira de Municípios, e esta integrante da Comissão Pan-americana de Cooperação Intermunicipal.

O vereador Dr. Haroldo Machado de Barros falou em nome dos Municípios de Paraíba do Sul e Niterói, sucedendo-o na tribuna o Dr. Orlando de Barros Pimentel, prefeito de Maricá, que externou, em termos entusiásticos, o seu aplauso aos ideais de cooperação intermunicipal.